

01.2025.00008836-0, que trata de irregularidades na gestão do Complexo Regulador, que estaria limitando o gerenciamento de vagas de especialistas pelas unidades de saúde e liberando apenas metade das vagas disponíveis, o que causa atrasos superiores a seis meses nos tratamentos, afetando principalmente pacientes crônicos, pessoas com deficiência, autistas e portadores de distúrbios neurológicos. Esta Promotoria de Justiça realizou a diligência preliminar cabível, obtendo a resposta da SES/AM, que esclareceu os fluxos de competência, indicando que as alegações de falta de vagas ou contratações não são, em tese, de responsabilidade direta do Complexo Regulador. Diante do caráter genérico da denúncia e da impossibilidade fática de intimar o(a) noticiante anônimo(a) para que complemente a Notícia de Fato com informações mínimas, a investigação resta inviabilizada. Fica disponibilizado o PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, a contar deste Aviso, para eventual interposição de recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, conforme artigo 20, caput e § 1º, da Resolução n.º 006/2015-CSMP.

Manaus, 17 de novembro de 2025.

LUISSANDRA CHÍXARO DE MENEZES
Promotora de Justiça

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 0067/2025/59ªPRODHE

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio do Promotor de Justiça infra-assinado, no exercício de suas atribuições na 59.ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção e Defesa dos Direitos Humanos à Educação - PRODHE, com fundamento no art. 129, inciso II, da Constituição Federal, art. 26 da Lei 8.625/93 e art. 67 da Lei Complementar nº 011/93;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 023, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina, no âmbito do Ministério Público Nacional, a instauração e tramitação do Inquérito Civil;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 006/2015 – CSMP, que uniformizou no Ministério Público do Estado do Amazonas os expedientes de investigação civil, notadamente a atual redação dada pela Resolução n.º 065/2019-CSMP ao seu artigo 31;

CONSIDERANDO que a EDUCAÇÃO é direito social assegurado no art. 6.º da Constituição Federal, cuja defesa será promovida pelo Ministério Público, na forma do art. 127 c/c art. 129, inciso III da Carta Republicana, sendo que cabe a este Parquet Estadual, através das 55.ª e 59.ª Promotorias de Justiça, a defesa de tal direito, nos termos do art. 4.º da Resolução n.º 036/2019-CPJ/MPAM, através de instrumentos como o inquérito civil e o procedimento preparatório, com supedâneo no art. 27 e seguintes da Resolução n.º 006/2015-CSMP;

RESOLVE:

INSTAURAR o Inquérito Civil n.º 06.2025.00000887-5, com o objetivo de acompanhar a conduta do professor de Sociologia na Escola Estadual Eliana Socorro P. Braga, situada em Manaus/AM, e sua compatibilidade com o exercício da função pública, em vista dos

reiterados incidentes e do quadro psíquico relatado nos autos;

DETERMINAR o registro e a publicação do presente procedimento investigatório, na forma da Resolução n.º 006/2015-CSMP, nomeando-se para tanto o(a) servidor(a) agente de apoio desta Especializada para secretariar os trabalhos.

CUMpra-SE.

Manaus, 13/11/2025.

Marcelo Pinto Ribeiro
Promotor de Justiça Titular
59.ªPRODHE

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 0073/2025/55ªPRODHE

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio do Promotor de Justiça infra-assinado, em exercício nesta 55.ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção e Defesa dos Direitos Humanos à Educação, no exercício de suas atribuições, com fundamento no Art. 129, inciso III da Constituição Federal, Art. 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, Art. 26, § 1.º, da Lei n.º 8.625/93 c/c Art. 67 e seu parágrafo único, da Lei Complementar n.º 011/93;

CONSIDERANDO que é função institucional e dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (Art. 129, inciso III);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por esta Promotoria de Justiça Especializada, a defesa dos interesses e direitos humanos à educação bem como a fiscalização dos sistemas estaduais e municipais de ensino, zelando pelo atendimento educacional dentro dos parâmetros legais (Artigo 4.º, do Ato PGJ n.º 16/2015);

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, da Constituição Federal, que assevera ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO o teor da Notícia de Fato através da qual se denunciam, em síntese sobre supostas práticas de assédio moral, negligências e arbitrariedades ocorridas dentro da escola, praticadas pelo gestor da escola Joaquim Ferreira Nascimento Neto;

CONSIDERANDO o esgotamento do prazo para a instrução da Notícia de Fato.

RESOLVE

Instaurar o presente Procedimento Preparatório, nos termos do art. 26, § 1.º, da Resolução n.º 006.2015-CSMP, objetivando apurar supostas práticas de assédio moral, negligência, abuso de poder e arbitrariedades atribuídas ao diretor da Escola Estadual Dom João de Souza Lima, no exercício da gestão da referida unidade educacional.

Determinar:

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		PROCURADORES DE JUSTIÇA		CONSELHO SUPERIOR
Procuradora-Geral de Justiça: Leda Mara Nascimento Albuquerque Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais: Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos: André Virgílio Belota Seffair Corregedora-Geral do Ministério Público: Silvana Nobre de Lima Cabral Secretária-Geral do Ministério Público: Wandete de Oliveira Netto		Câmaras Cíveis Elvys de Paula Freitas Sandra Cal Oliveira Jussara Maria Pordeus e Silva Mara Nóbria Albuquerque da Cunha Suzete Maria dos Santos Nilda Silva de Sousa Delisa Olivia Vieira Alves Ferreira Jorge Michel Ayres Martins Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza Marco Aurélio Lisciotto		Câmaras Criminais Carlos Lélcio Lauria Ferreira Marlene Franco da Silva Mauro Roberto Veras Bezerra Sarah Pirangy de Souza Aguinelo Balbi Júnior Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues Adelton Albuquerque Matos
		Câmaras Reunidas Karla Fregapani Leite Públio Caio Bessa Cyrino Sílvia Abdala Tuma José Bernardo Ferreira Júnior Neyde Regina Demóstenes Trindade Silvana Nobre de Lima Cabral		Leda Mara Nascimento Albuquerque (Presidente) Silvana Nobre de Lima Cabral Mara Nóbria Albuquerque da Cunha Adelton Albuquerque Matos Elvys de Paula Freitas Jorge Michel Ayres Martins Nilda Silva de Sousa
				OUVIDORIA Sílvia Abdala Tuma
Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - CEP: 69037-473 - Manaus/AM - Fone: (92) 3655-0500				

I - O registro do presente Procedimento Preparatório, na forma da Resolução n.º 006.2015-CSMP, nomeando-se para tanto o(a) servidor(a) agente de apoio desta Especializada para secretariar os trabalhos;

II – Sejam realizadas as diligências determinadas no Despacho n.º 0493/2025/55ºPRODHD, fls 119-144.

III - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Manaus, 13 de novembro de 2025.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Promotor de Justiça

AVISO Nº 0088/2025/91PJ

Notificação n. 0088/2025/91PJ
Ref. Proc. n. 0405875-89.2023.8.04.0001
Manaus, 30 de janeiro de 2025.
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por meio da 91ª Promotoria de Justiça da Comarca de Manaus/AM, em cumprimento ao disposto no art. 28 do Código de Processo Penal e no art. 4º do Ato n. 334/2023/PGJ, NOTIFICA LILIANE FERREIRA DE PAULA para tomar ciência da promoção de arquivamento do procedimento em epígrafe.
Fica consignado que a vítima poderá apresentar recurso administrativo em face da promoção de arquivamento, com as respectivas razões, no prazo de 30 (trinta) dias, os quais deverão ser encaminhados ao e-mail: 91promotoria.mao@mpam.mp.br.
Em caso de dúvida, favor entrar em contato por e-mail: 91promotoria.mao@mpam.mp.br.

Luciôla Honório de Valois Coelho Veiga Lima
Promotora de Justiça

LILIANE FERREIRA DE PAULA
(51) 99010-4772
Rua Voltaire, n. 28, Bairro Colônia Santo Antônio
Manaus-AM

AVISO Nº 0090/2025/91PJ

Notificação n. 0090/2025/91PJ
Ref. Proc. n. 0405875-89.2023.8.04.0001
Manaus, 30 de janeiro de 2025.
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por meio da 91ª Promotoria de Justiça da Comarca de Manaus/AM, em cumprimento ao disposto no art. 28 do Código de Processo Penal e no art. 4º do Ato n. 334/2023/PGJ, NOTIFICA GABRIELA SOUZA DE ARAÚJO para tomar ciência da promoção de arquivamento do procedimento em epígrafe.
Em caso de dúvida, favor entrar em contato por e-mail: 91promotoria.mao@mpam.mp.br .

Luciôla Honório de Valois Coelho Veiga Lima
Promotora de Justiça

GABRIELA SOUZA DE ARAÚJO

(92) 99281-7738
gabrielasouza3011@gmail.com
Avenida Constantino Nery, n. 2413, Cond. Cidade Jardim, Bairro São Geradlo
Manaus-AM

AVISO Nº 0092/2025/91PJ

Notificação n. 0092/2025/91PJ
Ref. Proc. n. 0405875-89.2023.8.04.0001
Manaus, 30 de janeiro de 2025.
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por meio da 91ª Promotoria de Justiça da Comarca de Manaus/AM, em cumprimento ao disposto no art. 28 do Código de Processo Penal e no art. 4º do Ato n. 334/2023/PGJ, NOTIFICA KENYE FERREIRA NUNES para tomar ciência da promoção de arquivamento do procedimento em epígrafe.
Fica consignado que a vítima poderá apresentar recurso administrativo em face da promoção de arquivamento, com as respectivas razões, no prazo de 30 (trinta) dias, os quais deverão ser encaminhados ao e-mail: 91promotoria.mao@mpam.mp.br.
Em caso de dúvida, favor entrar em contato por e-mail: 91promotoria.mao@mpam.mp.br.

Luciôla Honório de Valois Coelho Veiga Lima
Promotora de Justiça

KENYE FERREIRA NUNES
Rua La Oregon, n. 52, Bairro Lírio do Vale
CEP 69038-561
Manaus-AM

AVISO Nº 0107/2025/59ºPRODHD

Processo n.º 01.2025.00010345-5
Classe processual: Notícia de Fato
Objeto: Relato de suposta desorganização administrativa e pedagógica, incluindo saída antecipada dos alunos, comemorações durante o horário de aula, fechamento do portão impedindo acesso dos pais e ausência de comunicação com a direção, na Escola Estadual Getúlio Vargas, Manaus/AM.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, através da 59.ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos à Educação (PRODHD), na forma da Resolução n.º 006/2015-CSMP pelo presente edital, faz saber aos interessados acerca do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato acima apontada, cuja decisão encontra-se disposta na íntegra no bojo do procedimento, estando à disposição dos interessados nesta 59.ª PRODHD.

Por fim, consigno o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital, para eventual Recurso Administrativo endereçado ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Amazonas, com os devidos fundamentos e razões, também na forma da Resolução n.º 006/2015-CSMP.

Manaus-AM, 14 de novembro de 2025.

Marcelo Pinto Ribeiro
Promotor de Justiça Titular

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		PROCURADORES DE JUSTIÇA		CONSELHO SUPERIOR
Procuradora-Geral de Justiça: Leda Mara Nascimento Albuquerque Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais: Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos: André Virgílio Belota Seffair Corregedora-Geral do Ministério Público: Silvana Nobre de Lima Cabral Secretária-Geral do Ministério Público: Wandete de Oliveira Netto	Câmaras Cíveis Elvys de Paula Freitas Sandra Cal Oliveira Jussara Maria Pordous e Silva Mara Nóbria Albuquerque da Cunha Suzete Maria dos Santos Nilda Silva de Sousa Delisa Olívia Vieira Alves Ferreira Jorge Michel Ayres Martins Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza Marco Aurélio Lisciotto	Câmaras Criminais Carlos Lélio Lauria Ferreira Marlene Franco da Silva Mauro Roberto Veras Bezerra Sarah Pirangy de Souza Aguineto Balbi Júnior Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues Adelton Albuquerque Matos	Câmaras Reunidas Karla Fregapani Leite Públio Caio Bessa Cyrino Sílvia Abdala Tuma José Bernardo Ferreira Júnior Neyde Regina Demóstenes Trindade Silvana Nobre de Lima Cabral	Leda Mara Nascimento Albuquerque (Presidente) Silvana Nobre de Lima Cabral Mara Nóbria Albuquerque da Cunha Adelton Albuquerque Matos Elvys de Paula Freitas Jorge Michel Ayres Martins Nilda Silva de Sousa
				OUVIDORIA Sílvia Abdala Tuma
Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - CEP: 69037-473 - Manaus/AM - Fone: (92) 3655-0500				